



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins

83
✓

234

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0196286-3

AGRAVANTE: DANIEL TRAVASSOS FILHO

AGRAVADA: SPORTCAR – CORRETORA LOCAÇÃO DE VEÍCULO E OUTRO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO
VENDA DE VEÍCULO –
FINANCIAMENTO – INADIMPLÊNCIA –
NEGATIVAÇÃO – ALEGAÇÃO DE VICÍO
OCULTO – NECESSIDADE DE PROVA –
NÃO CABIMENTO EM SEDE RECURSAL
– AGRAVO NÃO PROVIDO.


R
5715

Agiu acertadamente o juízo de origem ao negar a antecipação de tutela pleiteada pelo autor, ora agravante, tendo em vista que o mesmo se encontra inadimplente para com as prestações do financiamento contratado, bem como encontra-se na posse do veículo adquirido. Pelos mesmos fundamentos é que esta Corte manteve a decisão agravada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos deste Agravo de Instrumento nº 0196286-3 em que figura como recorrente **DANIEL TRAVASSOS FILHO** e recorrida **SPORTCAR – CORRETORA LOCAÇÃO DE VEÍCULO E OUTRO**, acordam os Desembargadores integrantes da Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, unanimemente, em **negar provimento ao recurso**, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas em anexo.

Recife, 18 de 05 de 2010.


Des. Fernando Martins
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

78
1
235

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0196286-3

AGRAVANTE: DANIEL TRAVASSOS FILHO

AGRAVADO: SPORTCAR – CORRETORA LOCAÇÃO DE VEÍCULO E OUTRO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento manejado face decisão proferida pelo Juiz da 25ª Vara Cível do Recife, nos autos de Ação de Anulação de Ato Jurídico por Vício Redibitório com Danos Morais, Materias e Pedido de Tutela Antecipada, onde o referido magistrado indeferiu o pedido de retirada do nome do autor dos órgãos de proteção do crédito.

Em razões recursais, disserta o agravante sobre a lide originária, afirmando que adquiriu um veículo maculado com defeito oculto, o que impossibilitou o seu uso. Diante disto, prossegue, ingressou com ação anulatória visando o desfazimento do negócio e a reparação de danos, pleiteando em sede de antecipação de tutela, a pronta devolução de parte do pagamento efetuado, a qual corresponde a um veículo Gol, que teria sido entregue à agravada, bem como a retirada de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito.

Afirma que é comerciante e necessita do veículo para exercer sua profissão, e que equivocou-se o juiz de primeiro grau, ao prolatar a decisão agravada.

Traz à baila jurisprudência pátria, no sentido de ser devida a exclusão da negativação quando pendente discussão judicial sobre a dívida.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

769
236

Com tais considerações aqui sintetizadas, pugna pela
liminar recursal.

Às fls. 42/43 indeferi o efeito ativo postulado.

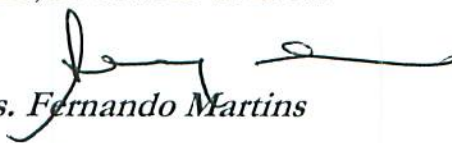
Manifestou-se o Banco Finasa, 2º réu no processo, em
contrarrazões às fls. 61/68 afirmando que o agravante se encontra inadimplente
para com o financiamento assumido, de forma que se justifica a sua inserção
nos órgãos de restrição creditícia.

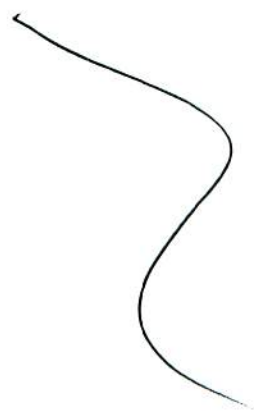
Pede pelo não provimento do agravo.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 30 de abril de 2010.


Des. Fernando Martins
Relator





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

237

84
V

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0196286-3

AGRAVANTE: DANIEL TRAVASSOS FILHO

AGRAVADO: SPORTCAR – CORRETORA LOCAÇÃO DE VEÍCULO E OUTRO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

VOTO

Ingressou o agravante com ação anulatória de ato jurídico visando desfazer a compra de um veículo semi-novo marca Chevrolet, tipo S10, ano 1998, adquirido por R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), o qual, segunda alega, possuía vício oculto concernente a um grave defeito na caixa de marcha.

Para a aquisição do veículo, o agravante desembolsou R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e entregou um outro automóvel, um Gol CLI MI, ano 1997, financiando o restante do valor.

Pleiteou a antecipação da tutela para reaver o Gol, dado como parte do pagamento e para exclusão de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito.

Pelo que se me afigura dos autos, os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada não estavam evidenciados, o que levou o magistrado *a quo* a indeferir esta postulação.

De fato, a questão demanda dilação probatória, que não deve ocorrer em sede de agravo de instrumento.

Haverá necessidade de se perquirir acerca do vício oculto apontado, bem como se este já existia quando o veículo foi adquirido pelo autor. É fato que o autor/agravante se encontra na posse do veículo adquirido,

7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

238

25/8

bem como que se encontra inadimplente com o contrato de financiamento avençado.

Desta feita, considero que bem andou o juízo de origem ao indeferir a antecipação da tutela.

Ademais, conforme é assente perante a Corte Superior, a mera discussão judicial acerca da dívida não enseja o deferimento da exclusão do nome da parte nos órgãos restritivos de crédito. Para tanto, é necessário que haja plausibilidade nas argumentações do demandante, o que somado à exigência de depósito/caução, autoriza então a concessão de tal medida.

“Entendimento inaugurado no âmbito da Segunda Seção, no julgamento do Resp. 527.618/RS, excepciona a inclusão do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito quando houver, concomitantemente, a discussão judicial do débito fundada na aparência do bom direito e prestação de caução idônea, requisitos presentes na espécie. REsp 577271 / PE ; Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES; QUARTA TURMA; Julgado em 02/03/2004.”

Arrimado, pois, nestas considerações, nego provimento ao presente agravo de instrumento, mantendo incólume a decisão atacada.

Recife, 18 de 05 2010.

Des. Fernando Martins

Relator